



Jornal FNE Edição 75 – Ago/08

Engenheiro traz nesta edição diversos debates de grande importância para o futuro do País e dos brasileiros. Em matéria de capa, a discussão sobre o aumento dos juros pelo Banco Central, que elevou a taxa a 13% na reunião de julho do Copom (Comitê de Política Monetária).

Manifestando-se contra tal decisão, a FNE emitiu nota oficial em favor do desenvolvimento. Na mesma linha, o professor Luiz Gonzaga Belluzzo lembra que, embora seja essencial combater a inflação, é também preciso não comprometer investimentos produtivos e com isso o futuro da economia.

Outro tema premente são as novas reservas de petróleo encontradas na camada do pré-sal. Somando 90 bilhões de barris, essas devem elevar o Brasil à posição de quarto maior produtor do mundo. No entanto, pelo atual marco regulatório, essa riqueza pode ser privatizada e desnacionalizada. É urgente, portanto, mobilização da sociedade contra tal possibilidade.

Numa importante iniciativa, a Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais) lançou edital de projeto no valor de R\$ 1,5 milhão para beneficiar as empresas de Santa Rita do Sapucaí, município conhecido como Vale da Eletrônica. Também fundamental à engenharia, acontece em dezembro próximo, em Brasília, a WEC (World Engineers' Convention), que reunirá cerca de 5 mil profissionais e terá a participação da FNE e do projeto "Cresce Brasil".

Em entrevista, o presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), José Calixto Ramos, fala sobre o movimento sindical e apóia a criação da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários). E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) promoveu um workshop para discutir a competitividade no setor aéreo, cuja tônica foi a abertura das empresas aéreas brasileiras ao capital estrangeiro. A favor da idéia falaram o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que apresentou projeto de lei de sua autoria em tramitação no Congresso, e o professor Respício Júnior, presidente do Cepta (Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo), que abordou experiências estrangeiras. Fazendo o contraponto, participou George Ermakoff, representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Para ele, antes de abrir o capital, é preciso que as companhias nacionais adquiram estatura que lhes permita competir com empresas do porte das americanas, por exemplo.

Seguiu-se o debate com a predominância de manifestações de experientes engenheiros aeronáuticos oriundos do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e de oficiais da reserva da Aeronáutica, ambos os grupos com longa vivência no setor, desde as transportadoras ao antigo órgão regulador, o DAC (Departamento de Aviação Civil). Foi repetidamente lembrado que o conceito de empresa brasileira de capital nacional, introduzido na Constituição Federal de 1988 pelo artigo 171, foi dela retirado pela Emenda Constitucional nº. 6, de 1995. É recomendável que se vá à Constituição original para refletir se a mudança foi realmente feita em favor da sociedade brasileira ou apenas de alguns setores e aconteceu porque não houve meios de resistir à pressão. A empresa é o instrumento para a acumulação de capital. Logo, sem sólida empresa brasileira, não se acumulará capital no País. As companhias nacionais, conforme único conceito que restou na Constituição de 1988, são instrumentos que fazem dinheiro no País e o remetem às suas matrizes, no exterior, possivelmente para trazê-lo de volta sob a forma de empréstimos.

Colheu-se da fala dos que se pronunciaram a favor da abertura do capital argumentos interessantes. No entender de Raupp, há que se atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) que, em sendo de 1986, está ultrapassado. Com a tese concorda o professor Respício, que defende a atualidade do Código de 1925, esse, sim, estaria adequado ao momento. Pergunta-se: atualizado com o quê? Em 1925, para o mundo, o Brasil não passava de uma gigantesca fazenda de café e o transporte aéreo comercial não havia sequer começado no País. A primeira empresa que aqui se constituiu (com capital estrangeiro) o fez no ano de 1927. Não é demais lembrar que ainda não havia ocorrido a Revolução de 1930, que veio a permitir incipiente processo de industrialização.

A discussão não se aprofundará enquanto não se atentar à especificidade do processo produtivo, que ocorre a elevadíssimos custos fixos e variáveis. O produto é altamente perecível, produtividade e economia de escala dependem da estrutura da malha em que se opera e os efeitos operacionais desfavoráveis havidos em um único nó se propagam imediatamente aos demais. Os sazonais picos de demanda proporcionam freqüente ilusão de ótica. A segurança operacional é aspecto dominante em todas as fases da atividade e a política econômica é determinante da sobrevivência das empresas. A atividade não é, pois, apenas mais um negócio.

Valmir Pontes é engenheiro aeronáutico pelo ITA, mestre em Engenharia de Transportes pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e economista com especialização em Economia do Transporte Aéreo pela Icao (International Civil Aviation Organization)

ECONOMIA

Uma possível escalada de preços e a desestabilização monetária, fantasmas que havia anos não assombravam os brasileiros, voltaram às manchetes. Juntamente com o aumento da inflação, que chegou a 1,52% no primeiro trimestre de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), veio o banho de água fria do Banco Central nas perspectivas mais otimistas de crescimento. Retomando o aumento de juros desde abril, na mais recente reunião, realizada nos dias 22 e 23 de julho, o Copom (Comitê de Política Monetária) subiu a taxa básica em 0,75%, elevando-a para 13%. A ata divulgada uma semana depois, que explica a decisão, avisa aos navegantes que a dose do remédio pode ser mantida.

Avaliando que a medida choca-se frontalmente com a necessidade de expansão da economia e o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, a FNE emitiu, em 24 de julho, nota oficial criticando a elevação (veja abaixo). O comportamento do Copom também mereceu a reprovação do professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo: “O Banco Central se fixou simplesmente no aumento dos juros.” De acordo com ele, uma outra possibilidade seria o incremento do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo para não comprometer os investimentos. “Esses devem continuar se expandindo para não prejudicar o futuro da economia”, explica. Para o professor, é preciso, portanto, evitar parar a produção, mas fazer a “gestão de demanda”, que pode ser regulada através da oferta de crédito ao consumo, como, por exemplo, frear financiamentos de carros em 70 meses. Na sua opinião, seria necessário ainda aumentar o superávit primário: “Deve-se usar a política fiscal, para não deixar que tudo se concentre na monetária.”

Segundo Belluzzo, os erros para lidar com o risco de elevação do custo de vida neste momento dão seqüência às “complicações” que vêm cercando a execução da política econômica nos últimos anos. “O Banco Central errou o timing, deixou a taxa de juros muito alta e usou o câmbio, que está muito valorizado, de forma excessiva para derrubar a inflação, que ficou abaixo da meta nos anos passado e atrasado”, afirma. Para ele, o BC poderia, em 2005 e 2006, quando a economia estava começando a se recuperar, ter baixado mais rapidamente a taxa de juros e hoje ter uma situação mais confortável para lidar com a conjuntura.

Perigo real e desaceleração

Embora critique os métodos do BC, Belluzzo não subestima o risco de uma espiral inflacionária, ainda que os preços tenham começado a recuar a partir de junho e a meta anual de 6,5% esteja preservada. O IPCA, por exemplo, ficou em 0,74%, abaixo do de maio, que havia atingido 0,79%. O IPCA-15, que mediu o custo de vida entre 14 de junho e 14 de julho, também recuou para 0,63%, contra 0,90% do período anterior.

Na avaliação do economista, vive-se uma crise global extremamente preocupante. “É um fenômeno internacional, que decorre de um choque de commodities, gerado por uma seqüência de erros que foram cometidos na política energética e agrícola no mundo inteiro, que o tal do modelo neoliberal só agravou. Abandonou-se o planejamento e se deixou a cargo do mercado manter o equilíbrio. Mas o mercado é inepto para as questões de longo prazo, não dá o sinal correto ou demora muito a fazê-lo.” Conforme ele, o grande problema é que a maior economia do mundo, os Estados Unidos, chegou a um esgotamento que não encontra solução. “Isso é uma crise muito grave do estilo americano de desenvolvimento, que é baseado no consumismo insustentável e na pressão absurda sobre os recursos naturais. O final disso coincidiu com uma crise financeira, que tem a ver com a especulação nos mercados de commodities. Usam-se operações de vendas futuras e explora-se esse gap entre oferta e demanda, multiplicando a diferença de preço”, descreve.

Diante disso, ainda que aja para proteger os investimentos, pensando-se no longo prazo, avisa Belluzzo, uma desaceleração no crescimento em 2009 será inevitável - em 2008, a expansão próxima aos 5% já está garantida. “O Brasil talvez seja um dos países com maiores condições para se defender dessa crise, devido ao uso mais intensivo de energia renovável e à maior disponibilidade de recursos naturais para atender à demanda de alimentos, mas vai ter que reduzir o ritmo de crescimento.” Assim, será forçado a reduzir o incremento do PIB (Produto Interno Bruto) para 3% ou 2,5% no próximo ano. “Fomos pegos em pleno vôo por esse choque e vamos ter que reagir conforme a partitura da música que está tocando”, ensina.

Nota contra o aumento da taxa Selic

A FNE lançou com êxito e desenvolveu em todo o País a campanha “Cresce Brasil +Engenharia+ Desenvolvimento”, exigindo crescimento econômico com distribuição de renda, sustentabilidade, respeito à natureza e qualificação profissional.

A política de juros altos que vem sendo praticada pelo Banco Central, e deve ser alterada, colide frontalmente com o “Cresce Brasil”. Portanto, a FNE e os sindicatos filiados, que não abrem mão do desenvolvimento nacional, manifestam-se com veemência contra o desastrado aumento da taxa básica em 0,75%, fazendo com que os juros atinjam 13%. Isso agride o crescimento da economia, dificulta os investimentos produtivos, penaliza os trabalhadores e o consumo popular.

Em conjunto com a mais ampla expressão unitária de todo o movimento sindical brasileiro, contra os juros altos, contra a inflação, pelo desenvolvimento e pelos ganhos salariais, a FNE e

os sindicatos filiados insistem na necessidade de políticas econômicas capazes de garantir emprego, qualificação profissional e condições dignas de vida para todo o povo brasileiro.

PROFISSÃO

No dia 2 de dezembro, a federação estará em Brasília para expor sua proposta ao desenvolvimento nacional sustentável com inclusão social a uma platéia global. O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que lançou em 2006, integra a grade de programação da WEC 2008 (World Engineers’ Convention, em português, Congresso Mundial de Engenheiros). Em sua terceira edição, o evento acontece pela primeira vez no continente americano - as versões anteriores foram sediadas na Alemanha (2000) e na China (2004), na qual o Brasil compareceu com uma das maiores delegações. Agora está programado para 2 a 6 de dezembro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, na Capital Federal, simultaneamente à 65ª Soeaa (Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia).

A iniciativa será realizada pelo Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Febrae (Federação Brasileira de Associações de Engenheiros) e WFEO/FMOI (Fédération Internationale des Organisations d’Ingénieurs) e conta com o apoio de organizações como a FNE. O objetivo é consolidar a WEC como importante espaço de debate sobre temas prementes à engenharia na atualidade, atinentes ao desenvolvimento com sustentabilidade. Para a vice-presidente da federação, Maria de Fátima Ribeiro C6, esse é um dos maiores fóruns de discussão sobre a questão e a entidade não poderia ficar de fora. “É de grande importância termos ativos nesse processo, principalmente tendo o ‘Cresce Brasil’ e levando-se em conta que neste ano a WEC ocorre no local onde se tomam decisões sobre os rumos para o País. É uma oportunidade de influenciar os parlamentares. Além disso, esse congresso está se propondo a transcender fronteiras”, ressalta.

Para Fernando Palmezan, diretor do Seesp e coordenador técnico do “Cresce Brasil”, a proposta dos engenheiros brasileiros se alinha aos conteúdos definidos para a WEC. Sob o tema central “Engenharia: inovação com responsabilidade social”, o congresso terá como subtemas: “Desafios sociais”, “Engenharia além das fronteiras”, “Engenharia: ética e responsabilidade social”, “Inovação sem degradação” e “Tecnologia da informação e da comunicação para inclusão”, além de “Tecnologias avançadas: engenharia com visão estratégica”. Na ótica do dirigente da federação, se fazer representar nesse espaço permite que o “Cresce Brasil” seja conhecido internacionalmente, o que poderia alavancar financiamentos externos em projetos importantes ao desenvolvimento nacional. Além disso, participar da WEC - cuja previsão de público para 2008 supera 5 mil profissionais da área tecnológica de todo o mundo - será uma oportunidade de intercâmbio de conhecimentos, efetivação de parcerias importantes e contatos no exterior.

O evento

Além dos congressos técnicos, comporão a WEC os fóruns da Mulher e dos Estudantes e Jovens Engenheiros. O primeiro visa a obtenção de diagnóstico sobre a inserção feminina na profissão em âmbito global e sua participação nas decisões e esferas de poder. Na ocasião, engenheiras e estudantes presentes poderão conhecer a realidade e demandas da mulher que atua na área tecnológica nos cinco continentes e trocar experiências - mediante a apresentação de trabalhos, estudos e práticas - que permitam evolução nessa seara. Segundo consta do site da WEC, já na primeira versão, esse fórum propiciou esses resultados, ao lançar luz sobre a situação feminina ao redor do globo e seus desafios. E, em particular, facilitar o “trabalho em rede e a colaboração internacional”, ao reunir 400 mulheres de 50 nações. Na segunda edição, em que se discutiu o “Avanço das mulheres no local de trabalho: melhores práticas corporativas”, o público foi 25% maior.

Também acompanhando a WEC desde sua edição inaugural, o Fórum dos Estudantes e Jovens Engenheiros visa, conforme divulgado no site do congresso, promover o debate sobre formação profissional e ética, bem como mercado de trabalho, tendo em vista o cenário contemporâneo e as exigências por profissionais cuja ótica seja a da sustentabilidade nos projetos.

O público presente poderá ainda visitar a Expowec (Exposição Tecnológica Mundial), cujo tema central será “Energia para o futuro”. E participar do Fórum das Cidades Sustentáveis, organizado pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), a se realizar no dia 4 de dezembro. Além de acompanhar uma série de eventos paralelos que terão lugar em Brasília já a partir de 29 de novembro, também no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Mais informações e inscrições no site www.wec2008.org.br

CRESCER BRASIL

Rever o marco regulatório para o setor, desenvolver novas tecnologias e garantir a auto-suficiência total. Esses são alguns desafios a serem enfrentados pelo Brasil quando o tema é petróleo. Não obstante, o cenário é auspicioso. As reservas atuais - de 15 bilhões de barris de petróleo e gás, face à produção diária de cerca de 2,5 milhões, conquistada mediante trabalhos exploratórios em todas as bacias sedimentares nacionais - podem ser ampliadas em sete vezes com a descoberta da nova fronteira do pré-sal.

A perspectiva, como informa a assessoria de comunicação da Petrobras, é de produção de 90 bilhões de barris nessa faixa, que se estende por 800km, do Espírito Santo até Santa Catarina. Com isso, o Brasil deve passar a ocupar a quarta posição no mundo, atrás de Arábia Saudita,

Irã e Iraque, estima Fernando Siqueira, diretor de comunicações da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras).

Além disso, segundo avalia Paulo Seleglim Júnior, professor titular do Departamento de Engenharia Mecânica da USP São Carlos, com o pré-sal, aliado a outras reservas e novas tecnologias, a auto-suficiência completa estaria assegurada em três a cinco anos. Apesar de ter sido anunciada em 2006, atualmente, o petróleo produzido internamente não basta para atender a matriz da demanda de derivados. Assim, sobra gasolina e falta diesel e GLP (gás liquefeito de petróleo), diz o especialista. No espaço de tempo projetado, a Nação não mais precisaria recorrer à importação, como faz hoje. Siqueira explica: “As refinarias da Petrobras foram construídas com perfil de óleo leve e quando se descobriram os campos de águas profundas, o óleo se revelou pesado. O Brasil passou a exportar esse, que tem valor comercial bem menor, e importar o leve, para fazer uma mistura e torná-lo palatável ao nosso parque de refino.” Ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, a empresa foi adaptando essa estrutura. Além disso, na concepção de Siqueira, a descoberta do campo de Tupi (pré-sal) traz alento. “Sinalizou a existência de um petróleo bastante leve.”

Exploração inteligente

Segundo ele, durante 30 anos, a Petrobras pesquisou essa província. “O advento de nova tecnologia de sísmica permitiu vencer o obstáculo imposto pela camada de sal e se pôde fazer o primeiro furo exploratório. Por ser um desafio novo, custou US\$ 260 milhões. A partir daí, foram feitos 11 poços e desses, nove se revelaram produtores, um índice bastante elevado.” Para conhecer o comportamento dos reservatórios descobertos e subsidiar projetos na área, duas fases inaugurais serão implementadas, segundo informação institucional. A atual inclui avaliação dos poços já existentes e perfuração de novos. A perspectiva é de um projeto-piloto a partir de setembro no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, para produzir um pouco mais de 10 mil barris/dia de petróleo. Posteriormente, será instalada plataforma flutuante que vai realizar os testes de longa duração, na área de Tupi, onde, como divulga a assessoria, a estimativa é de volumes recuperáveis entre 5 e 8 bilhões de barris. O início se dará em março de 2009 e nessa etapa a produção deve chegar a até 30 mil barris/dia. Foi contratado um navio-plataforma para produzir, processar, armazenar e escoar petróleo. Ao segundo semestre de 2010, também nessa área, outro projeto-piloto está previsto, desta vez visando alcançar 100 mil barris/dia. Segundo Siqueira, a tecnologia já existe. “O desafio é a disponibilidade de sondas (plataformas) para operar em 5 a 7 mil metros de profundidade abaixo do nível do mar.”

Para Edmilson Moutinho dos Santos, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP (Universidade de São Paulo), além de resolver o problema do óleo leve, o pré-sal deve ampliar a oferta de gás natural. E é preciso preparar o mercado para tanto. Além disso, na exploração, deve vir junto muito CO₂ (gás carbônico) e qual a destinação a ser dada ao produto é outra questão importante. Surge, nesse contexto, desafio tecnológico totalmente novo, de cavar reservas no pré-sal para armazenar o CO₂ ali mesmo e não liberá-lo na atmosfera.

Contudo, a que essa riqueza seja aproveitada a bem do povo brasileiro, para Siqueira, é primordial que o atual marco regulatório (Lei 9.478/97) seja revisto - o tema está em discussão em comissão interministerial criada para tanto. Tal acabou com o monopólio de exploração da Petrobras e abriu o capital da empresa. Define, de acordo com o diretor da Aepet, que as jazidas e a larva pertencem à União, mas estabelece, por outro lado, em seu artigo 26, que o petróleo é de propriedade de quem o explorar. Além disso, fixa a participação da União sobre cada barril produzido entre zero e 40%, a depender do volume. “A média mundial é 84%.” Nesse sentido, na sua visão, a proposta de criação de nova estatal, apresentada pelo Governo Federal, para gerenciar as reservas do pré-sal é um desvio da discussão principal. “Continuariam a ser feitos os leilões de áreas petrolíferas na forma atual prevista e a União permaneceria com participação irrisória.” Siqueira é enfático: “Não tem sentido deixar o País desguarnecido de um produto absolutamente estratégico e 60% dos lucros irem para o exterior.”

Nesse contexto, ele observa que o petróleo não pode ser tratado como commodity exportável. “Para a engenharia brasileira, nossas atuais reservas, que correspondem a 20 anos de consumo (30 após o pré-sal, dizem especialistas), são salvaguarda em um mundo sujeito a incertezas”, atesta o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006, que apresenta uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável. Preservar é preciso, para Seleghim, e o próprio preço alto do petróleo e derivados estimula o uso de fontes alternativas. “É necessário haver exploração inteligente das reservas.”

SINDICAL

AC

Lei Cartaxo será aprovada em agosto

No dia 23 de julho, na sede do Senge-AC, o assessor especial do Governo do Acre, Francisco Nepomuceno, anunciou que está prevista para agosto a aprovação da Lei Cartaxo na Assembléia Legislativa do Estado. No mesmo mês, o pagamento dos servidores já incorporará os benefícios trazidos pela nova legislação. Segundo Sebastião Fonseca, presidente do Senge-AC, a partir de agora os engenheiros terão uma carreira com um piso inicial de acordo com o que estabelece a Lei Federal 4.950-A e um teto de aposentadoria de cerca de 21 salários mínimos para jornada de oito horas diárias, graças à gratificação de atividade incluída na lei. Para ele, “é um exemplo a ser seguido por outros estados brasileiros”.

Gestão eleita

A posse da diretoria do Senge-AC para 2009-2011 será no dia 6 de dezembro próximo, durante o II Encontro de Confraternização dos Profissionais de Engenharia, na sede da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Estado do Acre. A eleição da chapa Engenharia Unida ocorreu em 31 de março último. Sob o comando de Sebastião Fonseca, integram a sua diretoria executiva João Bosco Búbula Ribeiro (vice-presidente); Carmem Bastos Nardino e Maria Inês Portela da Costa (1ª e 2ª secretárias); Marysson Maia da Silveira e Roberto França Silva (1ª e 2º tesoueiros).

AP

Lincoln assume presidência

A diretoria eleita para dirigir o Senge-AP no triênio 2008/2011 foi empossada perante a Assembléia Geral Extraordinária no dia 30 de abril. Compõem a diretoria executiva, presidida por Lincoln Américo da Silva, Manoel Ferreira da Conceição Neto (vice-presidente), Jorge David Oliveira Filho e José Alves de Lima Neto (1º e 2º secretários), Ronaldo da Gama Pantoja e Vanilza de Jesus Bittencourt (1º e 2ª tesoueiros).

TO

Retomadas as discussões do PCCS próprio

A diretoria do Seageto está retomando as discussões para criação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios) específico aos profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Creas. Em 2007, os debates foram entre o Seageto, os sindicatos dos Trabalhadores da Saúde em Tocantins e dos Servidores Públicos do Estado e o Governo para adequação e correção das distorções que havia no PCCS já existente. Segundo o presidente do Seageto, João Alberto Rodrigues Aragão, “este ano a proposta é reunir os profissionais sindicalizados para debater e formalizar a pauta de reivindicações para iniciar a campanha salarial 2008 (data-base em 1º de outubro) e a criação do PCCS próprio”. Maiores informações pelo telefone (63) 3216-2981.

SC

Entidade completa 37 anos

Um café-da-manhã no dia 21 de julho marcou os 37 anos do Senge, na sede da Associação Catarinense dos Engenheiros, em Florianópolis. Participaram o presidente do sindicato, José Carlos Rauen, e o seu diretor financeiro, Carlos Abraham, além de João Eduardo Moritz, um dos fundadores do Senge, Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina, e outros convidados. Rauen destacou a importância dos engenheiros que criaram a entidade. “Nesses 37 anos, o Senge-SC vem cumprindo sua missão de aprimorar os profissionais para enfrentar o mercado de trabalho e

defender os engenheiros nas ações judiciais e negociações coletivas”, afirmou. “Consciente da importância da engenharia para o desenvolvimento de Santa Catarina, vem encampando várias lutas, como a por geração de empregos, pela retomada do crescimento econômico, pela defesa da engenharia e tecnologia nacionais e pela transparência e eficiência da administração pública”, finalizou.

MA

Comunicação na prática

Esse foi o tema do curso promovido pelo Senge-MA, de 21 a 26 de junho, na Escola de Governo e Gestão Municipal de São Luís do Maranhão. Direcionado a profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Creas e de outras entidades de classe, o programa incluiu oratória e informações sobre conceito, definições, forma e recursos da comunicação, bem como dinâmicas de improviso de discurso para exercitar o poder de persuasão com recursos que envolvem postura, voz, olhar e gestos. Participaram das aulas 15 profissionais, destacando-se entre eles a presidente do Senge, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, e os diretores Domingos Sávio de Lima e Antônio Augusto Ribeiro. CE

Associado ganha bolsa integral

Com apoio do Senge-CE, 26 alunos fizeram o curso de extensão de perícia em incêndios, realizado pelo Inbec (Instituto Brasileiro de Extensão e Cursos) de 27 a 29 de junho último, no auditório do Hotel Brasil Tropical, em Fortaleza. Segundo a presidente do Senge, Thereza Neumann Santos de Freitas, uma vaga foi disponibilizada para ser sorteada entre os associados ao sindicato. O agraciado foi o engenheiro eletricitista Raimundo José Oliveira, que ganhou uma bolsa integral no valor de R\$ 500,00.

RS

Solenidade oficializa posse de Azambuja

No dia 23 de junho, tomou posse a direção do Senge-RS para 2008-2011, em solenidade na sede da entidade. O novo presidente, José Luiz Azambuja, garantiu que o Senge seguirá trabalhando em defesa da categoria e buscando a qualificação profissional. Aproveitou ainda para criticar o “esquecimento” da reforma política, que já foi considerada como sendo uma das mais importantes para o País. Participaram o presidente da Assembleia Legislativa, Alceu Moreira, os deputados Berfran Rosado (PPS), Raul Carrion e Manuela D’Ávila (ambos do PCdoB) e Adão Villaverde (PT), o secretário de Planejamento de Porto Alegre, Ricardo Gothe, o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul, Gustavo Lange, e outras lideranças.

DF

Eleição ocorrerá em agosto

No dia 21 de agosto, acontecerá a eleição da nova diretoria do Senge no Distrito Federal, das 8 às 21 horas, na sede do sindicato, localizado na EQS 102/103, Bloco A, sala 1, 2º pavimento, Centro Empresarial São Francisco. Foi inscrita apenas a Chapa 1 - Pró-engenheiro, encabeçada por Ronildo Divino de Menezes. Segundo ele, que concorre à reeleição, “é imperiosa a participação de toda categoria no encaminhamento no fortalecimento da entidade sindical, dando-lhe a representatividade necessária para o enfrentamento dos embates”.

ENTREVISTA

Presidente da poderosa CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), que congrega 54 federações e cerca de 1.200 sindicatos, aglutinando 7,5 milhões de trabalhadores, José Calixto Ramos já completou seis décadas de militância. O início dessa saga aconteceu em 1947, como delegado no Sindicato dos Metalúrgicos do Recife, que mais tarde veio a dirigir. Depois, passou à diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Pernambuco e finalmente à Confederação - em 1974 como vice e em 1983 eleito para a presidência. O mandato mais recente teve início em maio último e, prestes a completar 80 anos, em 14 de outubro próximo, ele continua com disposição para o trabalho e a luta. Em 2005, criou a Nova Central Sindical que já tem cerca de 600 entidades filiadas e vem se empenhando pela unidade da classe trabalhadora, esforço que rendeu vitórias como a valorização do salário mínimo. Em entrevista ao Engenheiro, ele falou sobre a CNTI e a conjuntura atual do movimento e apoiou a iniciativa da FNE, juntamente com economistas e nutricionistas, de criar a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários).

Como está o trabalho à frente da CNTI?

Uma das atividades a qual estamos nos dedicando é a formação de quadros para a ação sindical, não apenas nas capitais, mas também no interior dos estados. O trabalho mais forte é aquele junto ao Congresso Nacional, aos ministérios, aos tribunais superiores, acompanhando os problemas que dizem respeito ao interesse da classe trabalhadora de um modo geral, não apenas dos industriários. A atuação política é de importância fundamental, fazemos isso, não de forma isolada, mas com as demais confederações e mesmo com as centrais. Nós procuramos fazer também uma espécie de coordenação das entidades sindicais do nosso plano, temos uma ligação muito direta com as federações e sindicatos, independentemente da sua posição política e ideológica. Por meio da Nova Central Sindical, estamos tentando fazer

um trabalho conjunto com as demais centrais nos pontos em que podemos somar, nos interesses comuns.

Como ocorre na campanha pela redução da jornada?

Sim, nessa que é uma aspiração muito antiga. Nós conseguimos baixar de 48 para 44 horas semanais e agora estamos tentando reduzir para 40. Nesse trabalho, conseguimos juntar todas as centrais sindicais e entregamos aos presidentes da Câmara e do Senado pouco mais de 1,5 milhão de assinaturas. Isso vai se consolidando. No ano passado, tivemos o trabalho pela valorização do salário mínimo e a correção da alíquota do IR. Isso exigiu muito debate e foi difícil, mas foi alcançado. Agora, não se fica todo ano com o siri na mão para reajustar o mínimo. Tem sido positiva essa tentativa de somatório das idéias para chegar a um denominador comum. Uma coisa que, por incrível que pareça, tem-se trabalhado muito é no sentido de garantir as conquistas já existentes. Vez por outra surgem comentários ou notícias de que há interessados em mudar as relações capital-trabalho, então estamos sempre vigilantes, porque a tendência é reduzir benefícios ou eliminá-los.

Essa ameaça já foi mais presente em outros tempos, como nos anos 90. Mas ainda persiste?

Na verdade, arrefeceu um pouco, por conta exatamente da ação das entidades sindicais. Quando criamos o Fórum Sindical dos Trabalhadores, conseguimos arrefecer esse debate, mas não podemos descuidar, porque ele está sempre presente. Àquela altura, praticamente implodimos a discussão e hoje estamos tomando fôlego, mas não tenho nenhuma dúvida de que isso voltará.

Como o senhor vê a criação da CNTU, uma iniciativa de engenheiros, economistas e nutricionistas, que deve agregar outras categorias universitárias?

Os colegas trabalharam no sentido de ter uma entidade que representasse os interesses específicos desse grupo de profissionais. É uma reivindicação muito natural. Isso aconteceu na CNTI, que representava também o setor metalúrgico, mas esse entendeu que precisava criar uma confederação própria. O mesmo se deu na área da indústria da alimentação. No comércio, foi criada a Confederação dos Trabalhadores no Turismo e Hospitalidade. Na saúde, houve o mesmo e assim sucessivamente. Isso é um processo natural, a tendência é haver essa separação. O que não pode haver é o esfacelamento muito grande para que não se perca a força do conjunto.

Como está o movimento sindical na volta do crescimento econômico?

Isso tem sido positivo para o movimento sindical, para os trabalhadores e para a sociedade em geral. O crescimento é muito bom na questão do emprego e, em alguns casos, até falta mão-

de-obra especializada. Quando a economia vai bem, todo mundo ganha. Quando a produção vai bem, fica mais fácil fazer melhores negociações. No período da estagnação, os empresários não queriam sequer repor a inflação. Neste ano, fizemos negociações com ganhos reais, que, para algumas categorias, chegaram a 5%.

C&T

Para estimular o progresso científico e tecnológico do “Vale da Eletrônica”, como é conhecido o município de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, a Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais) lançou, no dia 23 de junho, o edital do Projeto Estruturador Arranjo Produtivo Local – Apoio à Inovação em Empresas de Eletroeletrônicos de Santa Rita do Sapucaí. A iniciativa vai financiar soluções tecnológicas de impacto social e fácil inserção no mercado.

Entre as metas estabelecidas, destacam-se a promoção do desenvolvimento, a atração de novas empresas e a aproximação entre os setores acadêmico e empresarial. Além disso, o projeto pretende aumentar o potencial competitivo já existente na região, a qualificação dos setores produtivos e investimentos em pesquisa e tecnologia. Segundo José Geraldo de Freitas Drumond, presidente da Fapemig, a iniciativa é uma poderosa ferramenta “em prol do avanço científico, tecnológico e empresarial, que vai se reverter naturalmente em desenvolvimento socioeconômico, com maior geração de emprego e renda”.

Ao todo, serão investidos R\$ 1,5 milhão nos projetos aprovados. Cada proposta não pode ultrapassar o valor de

R\$ 250 mil e a empresa que for escolhida deve apresentar uma contrapartida de, no mínimo, 10%. Os interessados devem enviar suas propostas até o dia 25 de agosto. O resultado será divulgado ainda no segundo semestre após julgamento a ser feito por uma comissão especial, que emitirá um parecer com base em critérios pré-definidos, como o caráter inovador da proposta, o potencial mercadológico, a relevância socioeconômica para o Estado mineiro e a infra-estrutura oferecida pela empresa para execução da pesquisa. Serão avaliadas também a competência e as experiências do coordenador do projeto e de sua equipe no tema escolhido.

De acordo com Drumond, além do edital, o projeto estruturador prevê diversas ações no sentido de promover a qualificação e o desenvolvimento da indústria local, relacionadas à pesquisa, inovação, inteligência competitiva, gestão, recursos humanos, comunicação e logística. Entre elas, está a implantação de um pólo de microeletrônica para estimular o crescimento e ampliar o volume de negócios. “Tenho certeza que Minas Gerais atuará como referência para o restante do País, trazendo importantes contribuições para que o Brasil se destaque no cenário mundial”, aposta.

Santa Rita do Sapucaí é considerada um dos principais pólos de desenvolvimento tecnológico do Brasil. A cidade mineira agrega mais de 120 empresas que se destacam pela ampla atuação nas áreas de eletrônica, informática e telecomunicações. Entre elas está a Solutronic Tecnologia. Especializada em engenharia eletrônica, a companhia acredita que fomentos governamentais são de suma importância, em especial o da Fapemig por investir justamente na vocação da região. “A todo instante, surgem novas empresas no vale, por isso, quanto mais acesso à inovação tecnológica tivermos, mais qualificação teremos para competir com o mercado internacional”, afirma o diretor comercial, Roald Holum.

Para Lourenço Menegon, diretor industrial da EngWorks, empresa que atua na manutenção geral de impressoras, o projeto é, sem dúvida, uma ótima e importante iniciativa. Porém, alerta para a competição desleal relacionada aos termos burocráticos que as indústrias brasileiras enfrentam para importar matéria-prima. “É preciso solucionar esse problema. Aqui no Brasil, levam semanas e muitas vezes meses para conseguirmos importar um componente e, pior, gastamos dezenas de horas de trabalho para gerenciar essa burocracia. Lá fora isso não acontece, em outros países como os EUA esse processo funciona de uma forma muito mais ágil”, critica.

Segundo o executivo, essa dificuldade se reflete no dia-a-dia da empresa, que é obrigada a manter estoques e quadro de pessoal maiores e mesmo assim tem menos eficiência na entrega, o que resulta muitas vezes na opção do cliente por um produto importado.

Roberto de Souza Pinto, diretor-proprietário da Alarmes Santa Rita, acredita que o Brasil tem capacidade suficiente de suprir a demanda nacional de eletroeletrônicos por dispor de empresas com ampla tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e aplaude o apoio da Fapemig. “No mundo globalizado em que vivemos, existem muitos produtos estrangeiros ocupando espaço aqui no Brasil. A única maneira de se estabelecer no mercado nacional é investir em inovação”, opina.